

Prefácio da 1ª edição	lxi
-----------------------------	-----

Prefácio da 2ª edição	lxiii
-----------------------------	-------

Título I

Capítulo I – Princípios Básicos do Processo Penal	3
--	----------

1.1. Conceito da palavra princípio	3
--	---

1.2. Devido processo legal	3
----------------------------------	---

1.3. Verdade processual.....	6
------------------------------	---

1.4. Publicidade dos atos processuais	12
---	----

1.5. Contraditório.....	16
-------------------------	----

1.6. Imparcialidade do juiz	19
-----------------------------------	----

1.7. Presunção de inocência	23
-----------------------------------	----

1.8. Princípio do favor rei	32
-----------------------------------	----

1.9. Promotor Natural	33
-----------------------------	----

1.10. Princípio da razoabilidade da duração do processo.....	40
--	----

Capítulo II – Sistemas Processuais	45
---	-----------

2. Noções Gerais	45
-------------------------------	-----------

2.1. Sistema inquisitivo	45
--------------------------------	----

2.2. Sistema acusatório	48
-------------------------------	----

2.3. Sistema misto ou acusatório formal.....	49
--	----

2.4. O sistema acusatório e a legislação vigente – confronto	53
--	----

2.4.1. Sistema acusatório e o Decreto-lei nº 7.661/45 (vide nova Lei de Falências nº 11.101/05)	53
---	----

2.4.2. Sistema acusatório e a Lei de Economia Popular (Lei nº 1.521/51).....	54
--	----

2.4.3. Sistema acusatório e a Lei do Crime Organizado (Lei nº 9.034/95).....	54
--	----

2.4.4. Sistema acusatório e a Lei de Interceptação Telefônica (Lei nº 9.296/96).....	55
--	----

2.4.5. Sistema acusatório e o Código de Processo Penal	56
--	----

Capítulo III – Inquérito Policial	65
--	-----------

3. Noções	65
------------------------	-----------

3.1. Conceito.....	66
--------------------	----

3.2. Natureza jurídica	69
------------------------------	----

3.2.1. Condenação com base no inquérito policial	71
--	----

3.2.2. Diligência investigatória determinada pelo juiz.....	73
---	----

3.2.3. Rejeição de parte da denúncia	74
--	----

3.2.4. Vício no inquérito policial que acarreta sanção de nulidade ..	81
---	----

3.3. Características.....	84
3.3.1. Inquisitorial	84
3.3.2. Formal	84
3.3.3. Sistemático	85
3.3.4. Unidirecional	85
3.3.5. Sigiloso.....	86
3.3.6. Discricionário.....	89
3.4. Inquérito policial e o controle externo da atividade policial pelo Ministério Público	89
3.5. Prazo de conclusão do inquérito policial (justiça comum estadual e justiça comum federal, tráfico de entorpecentes e Lei dos Crimes Hediondos).....	93
3.5.A. Investigação Criminal na Lei de Entorpecentes nº 10.409/02	98
3.6. Inquérito policial na Lei de Falências	133
3.6.1. Natureza jurídica do (revogado) inquérito judicial.....	134
3.7. Inquérito policial e foro por prerrogativa de função	136
3.8. Art. 6º, inc. III, c/c 218 c/c 240, § 1º, f, c/c 241 – uma visão constitucional.....	139
3.9. Identificação dactiloscópica (art. 6º, VIII, CPP) e a norma constitucional do art. 5º, LVIII – natureza jurídica	146
3.10. Arquivamento na Lei de Economia Popular e o recurso de ofício – visão constitucional.....	148
3.11. Inquérito policial e a Lei no 9.099/95 – termo circunstanciado	151
3.12. Arquivamento do termo circunstanciado e a fiscalização do princípio da obrigatoriedade da proposta de transação penal	162
3.13. Arquivamento do inquérito policial e o princípio do promotor natural.....	166
3.13.1. Arquivamento implícito do inquérito policial	172
3.14. Desarquivamento do inquérito policial	177
Capítulo IV – ação Penal	185
4.1. Noções gerais	185
4.2. Fundamento do direito de ação	186
4.3. Natureza jurídica do direito de ação	186
4.4. Conceito e características do direito de ação	188
4.5. Natureza jurídica da norma que regula o direito de ação	189
4.6. Ação penal pública.....	189
4.6.1. Princípios básicos	190
4.6.1.1. Obrigatoriedade – visão constitucional	190
4.6.1.2. Indivisibilidade.....	194
4.6.1.2.1. Indivisibilidade e as infrações penais de menor potencial ofensivo.....	198
4.6.1.3. Indisponibilidade	199
4.6.1.3.1. Indisponibilidade e a Lei nº 9.099/95.....	203
4.7. Ação penal de iniciativa privada	204
4.7.1. Noções gerais	204

4.7.1.A. O Novo Código Civil – Lei 10.406/02 – e as Normas Processuais Penais.....	213
4.7.2. Princípios básicos	221
4.7.2.1. Oportunidade ou conveniência.....	221
4.7.2.2. Disponibilidade	223
4.7.2.2.1. Do Perdão.....	223
4.7.2.2.2. Da Perempção.....	224
4.7.2.3. Indivisibilidade.....	224
4.7.2.4. Intranscendência.....	230
4.8. Ação penal de iniciativa privada personalíssima	231
4.9. Condições para o regular exercício do direito de ação.....	233
4.9.1. Legitimidade	234
4.9.2. Interesse de agir	235
4.9.3. Possibilidade jurídica	236
4.9.4. Justa causa.....	238
4.10. Ação penal e a proposta do art. 76 da Lei nº 9.099/95 e o princípio do <i>nulla poena sine iudicium</i> – visão constitucional.....	239
4.11. Ação penal pública condicionada à representação e à Lei nº 9.099/95	246
4.12. Ação penal nos crimes contra os costumes.....	250
4.13. Ação penal de iniciativa privada subsidiária da pública.....	257
Capítulo V – Aditamento no Processo Penal.....	263
5. Aditamento no processo penal	263
5.1. Fundamento e princípios (verdade processual, obrigatoriedade, congruência e contraditório).	263
5.2. Conceito.....	264
5.3. Tipos: próprio (real e pessoal) e impróprio (retificação, ratificação, suprimento e esclarecimento).....	265
5.4. Quanto à oportunidade: provocado e espontâneo	267
5.5. Recebimento do aditamento à denúncia e interrupção da prescrição .	268
5.6. Recurso cabível da decisão que indefere o aditamento à denúncia.	268
5.7. Conseqüências processuais do aditamento à denúncia	270
Capítulo VI – Jurisdição.....	283
6. Noções	283
6.1. Princípios.....	284
6.1.1. <i>Ne procedat iudex ex officio</i>	284
6.1.2. Indeclinabilidade da jurisdição	284
6.1.3. Indelegabilidade da jurisdição	284
6.1.4. Improrrogabilidade ou aderência da jurisdição.....	285
6.1.5. Juiz natural	285
6.1.6. Unidade da jurisdição.....	288
6.1.7. <i>Nulla poena sine iudicio</i>	288
6.2. Competência	289
6.2.1. Conceito	289
6.2.2. Natureza jurídica.....	289
6.3. A competência na Justiça Federal	290

6.4. A competência na Justiça Estadual	303
6.4.1. Competência pela natureza da infração – crimes dolosos contra a vida	308
6.4.2. Conexão e continência – Crimes eleitorais e os crimes comuns .	308
6.4.3. Conexão e continência – crimes eleitorais, crimes comuns e os crimes dolosos contra a vida	315
6.4.4. Conexão e continência – crimes dolosos contra a vida e o foro por prerrogativa de função	316
6.4.5. Conexão e continência – crimes dolosos contra a vida e as infrações penais de menor potencial ofensivo.....	327
6.4.6. Infrações penais de menor potencial ofensivo e o foro por prerrogativa de função	327
6.4.7. Justiça Militar e as infrações penais de menor potencial ofensivo	332
6.4.8. Tribunal do Júri e desclassificação	354
6.4.9. Conexão e continência e competência recursal	358
6.4.10. Conflitos de competência e de atribuição – distinção	359
6.4.11. Incidente de Deslocamento de Competência (IDC) – EC 45/04.	364
Capítulo VII – Teoria Geral da Prova	381
7. Conceito e finalidade ou objetivo da prova	381
7.1. Objeto da prova	381
7.2. Meios de prova	382
7.3. Classificação da prova	383
7.3.1. Objeto	383
7.3.1.1. Direta.....	383
7.3.1.2. Indireta.....	383
7.3.2. Quanto ao sujeito	384
7.3.2.1. Prova pessoal	384
7.3.2.2. Prova real	385
7.3.3. Quanto à forma.....	385
7.3.3.1. Testemunha.....	385
7.3.3.2. Documental.....	385
7.3.3.3. Por último, prova material.....	385
7.4. Natureza jurídica da prova	386
7.5. Princípios da prova.....	386
7.5.1. Princípio da comunhão da prova.....	386
7.5.2. Princípio da liberdade da prova	387
7.5.3. Princípio da inadmissibilidade das provas obtidas por meios ilícitos	388
7.6. Da prova emprestada.....	403
7.6.1. Conceito	403
7.6.2. Requisitos	404
7.6.3. Questões controvertidas	405
7.6.4. Natureza jurídica da prova emprestada	407
7.7. Indício, presunção e ficção – Diferença.....	407
7.8. Da prova indiciária	412

7.9. Do ônus da prova.....	414
7.10. Do procedimento probatório	419
7.11. Sistemas de avaliação das provas	421
7.11.1. Sistema da íntima convicção ou da certeza moral do juiz.....	421
7.11.2. Sistema das regras legais ou certeza moral do legislador ou da prova tarifada.....	423
7.11.3. Sistema da livre convicção ou da persuasão racional.....	426
7.12. Natureza das normas que tratam das provas	427
Capítulo VIII – Processo e Procedimento.....	429
8. Processo: noções gerais e conceito	429
8.1. Natureza jurídica do processo (teoria contratualista, quase contrato e da relação jurídica)	432
8.2. Pressupostos processuais	435
8.3. Procedimento e sua distinção de processo	436
8.4. Formas procedimentais	437
8.4.1. Procedimento ordinário dos crimes apenados com reclusão..	438
8.4.1.1. Oferecimento da denúncia (D)	438
8.4.1.2. Interrogatório do acusado (I) – arts. 185 usque 196 do CPP	440
8.4.1.2.A. Interrogatório por teleconferência (ou videoconferência)	448
8.4.1.3. Defesa prévia (DP) – art. 395 do CPP	452
8.4.1.4. Oitiva das testemunhas de acusação (OTA) – art. 396 do CPP	452
8.4.1.5. Oitiva das testemunhas de defesa (OTD) – art. 396 do CPP	453
8.4.1.6. Diligências (DIL) – art. 499 do CPP	453
8.4.1.7. Alegações finais (ALF) – art. 500 do CPP	453
8.4.1.8. Sentença – arts. 502 c/c 381 do CPP	454
8.4.1.8.1. Relatório	455
8.4.1.8.2. Motivação ou fundamentação.....	455
8.4.1.8.3. Conclusão (parte dispositiva ou decisum) .	456
8.4.2. Tribunal do Júri.....	456
8.4.2.A. Introdução histórica.....	456
8.4.2.B. Pedido de absolvição do promotor de justiça e quesito único .	483
8.4.2.C. Libelo com imputação genérica e, conseqüente, quesito genérico: o réu de qualquer modo concorreu para o crime?..	484
8.4.2.D. Direito penal do autor e direito penal do fato: não comparecimento do réu em plenário	488
8.4.2.E. Pedido de absolvição pelo promotor de justiça e discordância do assistente de acusação. Pode o assistente de acusação sustentar o libelo em contradição com o pedido de absolvição do Ministério Público?	492
8.4.2.1. Pronúncia	493
8.4.2.1.1. Natureza jurídica da pronúncia	494
8.4.2.1.2. Princípio do <i>in dubio pro societate</i> (?).....	495

8.4.2.1.3. Princípio da congruência (ou da correlação entre a pronúncia e a denúncia)	496
8.4.2.1.4. Pronúncia e crimes conexos	496
8.4.2.1.5. Pronúncia e qualificadoras do crime	497
8.4.2.1.6. Pronúncia e seus efeitos	500
8.4.2.2. Impronúncia	501
8.4.2.2.1. Natureza jurídica da impronúncia	504
8.4.2.2.2. Prazo	505
8.4.2.2.3. Requisitos da impronúncia	506
8.4.2.2.4. Impronúncia e crimes conexos	506
8.4.2.2.5. Impronúncia e efeitos civis	508
8.4.2.3. Despronúncia	509
8.4.2.4. Desclassificação	510
8.4.2.4.1. Natureza jurídica da desclassificação	512
8.4.2.4.2. Recurso da decisão desclassificatória	513
8.4.2.5. Absolvição sumária	513
8.4.2.5.1. Natureza jurídica da decisão de absolvição sumária	513
8.4.2.5.2. Natureza jurídica da absolvição sumária ...	514
8.4.2.5.3. Requisitos da decisão de absolvição sumária	514
8.4.2.5.4. Absolvição sumária e crimes conexos	514
8.4.2.5.5. Absolvição sumária e efeitos civis	516
8.4.2.5.6. Absolvição sumária e recurso de ofício	520
8.4.2.5.7. Questões controvertidas nos crimes conexos e na continência (pronúncia, impronúncia, desclassificação e absolvição sumária)	522
8.4.2.6. Libelo crime acusatório	527
8.4.2.6.1. Requisitos do libelo	528
8.4.2.6.2. Libelo bifronte	529
8.4.2.7. Contrariedade ao libelo crime acusatório	530
8.4.3. Entorpecentes	531
8.4.3.1. Prisão em flagrante	531
8.4.3.2. Da fase postulatória	531
8.4.3.3. Juízo de prelibação	532
8.4.3.4. Interrogatório	532
8.4.3.5. Defesa prévia ou alegações preliminares	533
8.4.3.6. Despacho saneador	534
8.4.3.7. Audiência de instrução e julgamento (AIJ)	534
8.4.3.A. Entorpecentes na Lei nº 10.409, de 11 de janeiro de 2002 ..	534
8.4.3.1.A. Denúncia	537
8.4.3.2.A. defesa prévia	537
8.4.3.3.A. Manifestação do Ministério Público	539
8.4.3.4.A. Juízo de prelibação (juízo de admissibilidade da pretensão acusatória estatal)	539

8.4.3.5.A. Audiência de Instrução e Julgamento – AIJ	541
8.4.3.6.A. Medidas assecuratórias e inversão do ônus da prova	543
8.4.4. Juizado Especial Criminal.....	545
8.4.5. Estatuto do Idoso – Aspectos processuais	547
8.4.5.1. Institutos despenalizadores.....	547
8.4.5.2. Novo conceito de infração penal de menor potencial ofensivo.....	548
8.4.5.3. Procedimento sumaríssimo.....	548
8.4.5.4. Quem é idoso para efeito do Estatuto?.....	549
8.4.5.5. Prescrição.....	550
8.4.5.6. Ação penal pública incondicionada	551
8.4.6. Lei de Falência – Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005	552
Capítulo IX – Da Prisão Cautelar	557
9. Noções	557
9.1. Características	558
9.1.2. Pressupostos	560
9.2. Prisão em flagrante	561
9.2.1. Conceito de flagrante delito	562
9.2.2. Do fundamento da prisão em flagrante	562
9.2.3. Espécies de flagrante delito	567
9.2.4. Flagrante nos crimes de ação penal pública condicionada e de iniciativa privada	573
9.2.5. Flagrante nos crimes permanentes e habituais	574
9.2.6. Flagrantes preparado, esperado e forjado	577
9.2.7. Flagrante esperado, diferido ou retardado	579
9.2.8. Flagrante no crime tentado, consumado e formal.....	582
9.2.9. Flagrante e apresentação espontânea do autor do fato	583
9.2.10. Do procedimento do auto de prisão em flagrante - Lei nº 11.113/05.....	585
9.3. Prisão preventiva strictu sensu	587
9.3.1. Momento para a decretação da prisão preventiva.....	588
9.3.2. Pressupostos para a decretação da prisão preventiva	590
9.3.3. Hipóteses legais de admissibilidade da prisão preventiva.....	593
9.3.4. Prisão preventiva e a exclusão da ilicitude.....	596
9.3.5. Princípio da motivação das decisões judiciais	597
9.3.6. Revogação da prisão preventiva	598
9.4. Prisão administrativa	599
9.5. Prisão em decorrência da sentença penal condenatória recorrível ..	602
9.6. Prisão em decorrência da decisão interlocutória de pronúncia	610
9.7. Prisão temporária da Lei nº 7.960/89	615
Capítulo X – Liberdade Provisória – Visão Constitucional	629
10. Noções gerais	629
10.1. Liberdade provisória com ou sem fiança	629
10.2. Liberdade provisória na lei dos crimes hediondos	645
10.3. Estatuto do Desarmamento e Liberdade Provisória.....	646

Capítulo XI – Citação	651
11. Noções gerais e conceito	651
11.1. Natureza jurídica da citação	652
11.2. A Lei nº 9.271/96 e os princípios da aplicabilidade imediata da lei processual penal e da irretroatividade da lei penal in pejus	654
11.2.1. Requisitos da suspensão	655
11.2.2. Limite de tempo da suspensão	656
11.2.3. Incidência da norma	658
11.2.4. Recurso da decisão de suspensão	660
11.2.5. Réu em lugar incerto e não sabido e réu que se oculta para não ser citado (arts. 361 e 362)	660
11.2.6. Concurso de pessoas e citação por edital	661
11.2.7. Tribunal do Júri e citação por edital	661
11.2.8. Defensor público e citação por edital	662
11.3. Citação e as infrações penais de menor potencial ofensivo	663
Capítulo XII – Teoria Geral das Nulidades	665
12. Noções gerais e conceito de nulidade.....	665
12.1. Natureza jurídica da nulidade.....	668
12.2. Princípios processuais da nulidade.....	668
12.2.1. Prejuízo	668
12.2.2. Causalidade (contaminação ou contagiosidade).....	671
12.2.3. Interesse	672
12.2.4. Convalidação	672
12.3. Sistemas	673
12.3.1. Certeza legal.....	673
12.3.2. Instrumentalidade das formas	673
12.3.3. Misto.....	674
12.4. Nulidade absoluta e nulidade relativa – distinção	674
12.5. O art. 567 do CPP e o princípio do juiz natural.....	675
Capítulo XIII – Teoria Geral dos Recursos	677
13.1. Conceito.....	677
13.2. Fundamento	677
13.3. Natureza jurídica do recurso	678
13.3.1. Recurso como desdobramento da relação jurídico-processual em curso	678
13.3.2. Recurso como ação constitutiva autônoma (nova ação).....	679
13.3.3. Recurso como meio destinado a obter a reforma de uma decisão	679
13.4. Princípios gerais dos recursos	679
13.4.1. Taxatividade.....	679
13.4.2. Unirrecorribilidade.....	680
13.4.3. Fungibilidade	681
13.4.4. Voluntariedade.....	682
13.4.5. Conversão	684
13.5. Proibição da <i>reformatio in pejus</i>	685
13.6. A <i>reformatio in pejus</i> indireta	686

1.12. Habeas corpus e a prisão administrativa (§ 2º do art. 650 do CPP) ..	790
1.13. Habeas corpus e relaxamento de prisão – diferença	790
1.14. Habeas corpus e o Juizado Especial Criminal	791
1.15. Habeas Corpus na Justiça do Trabalho.....	796
Capítulo II – Revisão Criminal	801
2. Noções gerais	801
2.1. Conceito.....	802
2.2. Natureza jurídica	802
2.3. Objeto	804
2.4. Condições para o regular exercício do direito de agir.....	804
2.4.1. Possibilidade jurídica do pedido	804
2.4.2. Legitimatío ad causam.....	805
2.4.3. Interesse processual.....	807
2.5. Formas de revisão criminal	807
2.6. Pressupostos legais	807
2.7. Fundamentos legais da revisão criminal	808
2.8. Revisão criminal de decisões não condenatórias	812
2.9. Revisão criminal e a "sentença" que homologa a transação penal..	814
2.10. Efeitos da revisão criminal	815
2.10.1. Alterar a classificação da infração penal	815
2.10.2. Absolver o réu	816
2.10.3. Modificar a pena	817
2.10.4. Anular o processo	818
2.10.5. Proibição da reformatio in pejus.....	819
2.11. Revisão criminal e sentença penal estrangeira	820
Capítulo III – Mandado de Segurança em Matéria Criminal	821
3. Objetivos e Noções Gerais	821
3.1. Conceito.....	821
3.2. Natureza Jurídica	822
3.3. Objeto	823
3.4. Questões controvertidas	824
3.4.1. Identificação criminal	824
3.4.2. Recurso próprio previsto em lei.....	825
3.4.3. Prova contra si mesmo	827
3.4.4. Requerimento do ofendido para se habilitar como assistente ..	829
3.4.5. Direito de sufrágio do preso provisório	829
3.4.6. Estrangeiro não residente no País	831
Nota Final do Autor à 1ª Edição	835
Referências Bibliográficas	837
Índice Remissivo	847